



RELATÓRIO E CONTAS 2005

## ÍNDICE

### - RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	01
1.1. Economia da área do euro	01
1.2. Economia de Portugal	01
2. ÁREA COMERCIAL	03
2.1. Captação de Recursos	04
2.2. Activos	05
2.2.1. Aplicações Creditícias	06
2.2.1.1. Crédito Vincendo	07
2.2.1.2. Crédito Vencido	09
2.2.1.3. Garantias	11
2.2.2. Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	12
2.2.3. Participações Financeiras	14
3. ÁREA DE MEIOS	14
3.1. Recursos Humanos	14
3.2. Recursos Tecnológicos e Informáticos	15
3.3. Rede de Distribuição	16
3.3.1. Construção de novas instalações	16
3.3.2. Obras de beneficiação e reconversão	16
3.4. Dimensão	16
4. ÁREA SOCIAL	17
5. RESULTADOS, EFICIÊNCIA e RENDIBILIDADE	17
5.1. Análise e decomposição dos resultados	17
5.2. Eficiência	22
5.3. Rendibilidade	24
6. INDICADORES PRUDENCIAIS	25
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	26
- BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
- PARECER DO CONSELHO FISCAL	66
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	67

## 1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

### 1.1 – Economia da área do euro

A exemplo do que havia acontecido no ano anterior, o presente exercício viu a sua actividade económica fortemente influenciada pelo preço dos combustíveis fósseis, nomeadamente pelo petróleo, que cresceu 45% em relação a 2004.

Entretanto, nos países exteriores à área, mas que mais a influenciam, os Estados Unidos da América, o Japão e o Reino Unido, a actividade económica mostrou neste exercício maior dinamismo.

A taxa de variação do índice de preços ao consumidor em 2005, na área euro, fixou-se nos 2,2%, o que corresponde a um aumento da inflação da ordem de 0,1 pontos percentuais em relação aos dois anos anteriores.

Na zona euro a taxa de desemprego situou-se nos 8.4% da população activa, (8.8% no ano anterior).

Dos resultados conhecidos quanto ao desempenho dos diversos países em termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, constata-se que a Bélgica, a Espanha, a Finlândia e a Irlanda, mantêm excedentes orçamentais, enquanto que os restantes países têm programas de redução dos défices, que esperam cumprir. Quanto ao rácio da dívida pública, a Bélgica, a Grécia e a Áustria prevêem reduções, enquanto que na França e em Portugal a dívida se situa acima do limite dos 60% do PIB, que como se sabe é o valor de referência máximo previsto no PEC.

No final do ano a taxa de câmbio do euro mostrou depreciações em relação às outras moedas de referência, dólar, libra, iene, na ordem de 13.4, 2.8 e 0.5 pontos de percentagem, respectivamente. No mesmo período o euro apreciou-se em 0.8 por cento em relação ao franco suíço.

O índice bolsista da área euro cresceu 23.0 por cento, no ano de 2005.

### 1.2 – Economia de Portugal

O consumo privado registou ao longo do ano uma tendência decrescente, mais acelerada no segundo semestre do período.

Entretanto no último trimestre do ano o indicador de confiança dos consumidores mostrou melhores valores do que no trimestre anterior.

As vendas de veículos, que no ano de 2004 haviam crescido 4.1%, registaram no ano em análise um crescimento de 3.0%.

No sector da construção civil e obras públicas merece referência o decréscimo de vendas de cimento, que se cifrou nos 3.3%, mais acentuado portanto que no ano anterior, em que a quebra tinha sido de 1.7 pontos de percentagem.

Os valores do comércio internacional já apurados, referem-se aos três primeiros trimestres do ano, e revelam que a um aumento das exportações de 2.2% correspondeu um incremento das importações de 5.7%, contribuindo assim para o agravamento da balança corrente.

A variação média anual do índice de preços foi de 2.3 por cento, menos 0.1 pontos percentuais que em 2004.

A taxa de desemprego voltou a agravar-se no ano em apreciação. Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no fim do ano estavam registados cerca de 480 mil portugueses na situação de desemprego, correspondentes, em termos médios anuais, a 7.6% da população activa (6.7% em 2004 e 6.5% em 2003). Embora ainda abaixo da média europeia, o nosso país foi o que registou maior aumento em 2005, com especial relevo para o último trimestre do ano, em que a taxa de desemprego atingiu os 8 pontos percentuais, cerca de um por cento a mais que no trimestre homólogo do ano de 2004.

A taxa de variação anual do montante dos empréstimos bancários manteve-se muito estável, pois a uma ligeira desaceleração do crédito ao consumo e outros fins, correspondeu um também discreto aumento dos empréstimos para compra de habitação.

As taxas de juro médias cobradas aos clientes sofreram pequenos ajustamentos em alta, nos últimos meses do ano.

A taxa de juro que remunera os depósitos também sofreu pequeno aumento, fixando-se em 1.98%.

No ano de 2005 o índice da bolsa portuguesa, o PSI Geral, aumentou 17.2%.

## 2. ÁREA COMERCIAL

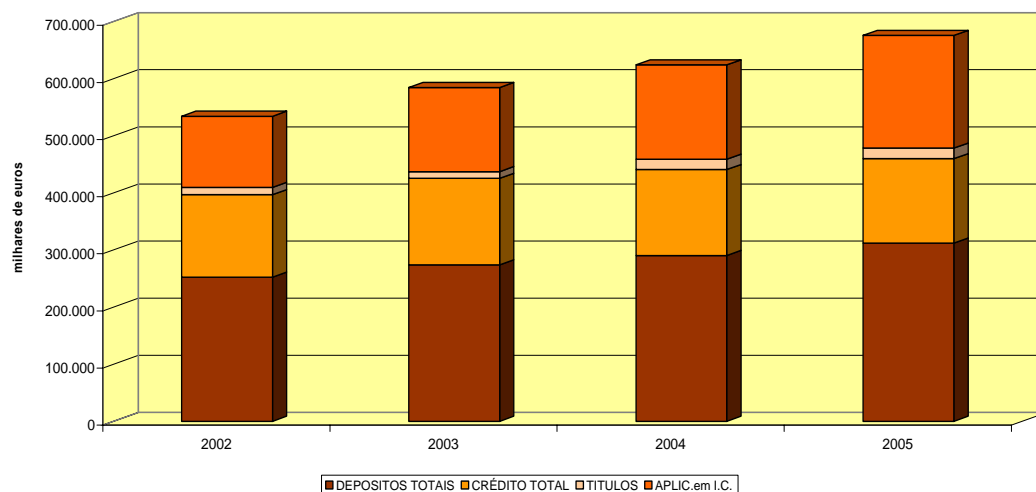
O volume de negócios viu o seu saldo aumentar em 2005 mais de cinquenta milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 8,29% em relação ao exercício anterior.

Como se mostra no mapa da formação deste agregado, houve um decréscimo do montante do crédito concedido e crescimentos significativos na captação de recursos e na sua aplicação em instituições de crédito.

### FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

Rubricas	2005	2004	(milhares de euros)	
			Variação	
			valor	em %
<b>DEPOSITOS TOTAIS</b>	<b>312.046</b>	290.332	21.714	7,48%
<b>CRÉDITO TOTAL</b>	<b>147.782</b>	150.492	-2.710	-1,80%
<b>TÍTULOS</b>	<b>18.429</b>	18.031	398	2,21%
<b>APLIC. em I.C.</b>	<b>197.526</b>	165.231	32.295	19,55%
<b>VOLUME NEGÓCIOS</b>	<b>675.783</b>	<b>624.086</b>	<b>51.697</b>	<b>8,28%</b>

### VOLUME DE NEGÓCIOS



## 2.1 – Captação de recursos

Os recursos captados aos clientes cresceram no exercício mais aceleradamente do que se tinha verificado no ano transacto, nomeadamente os colocados à ordem que superaram as expectativas.

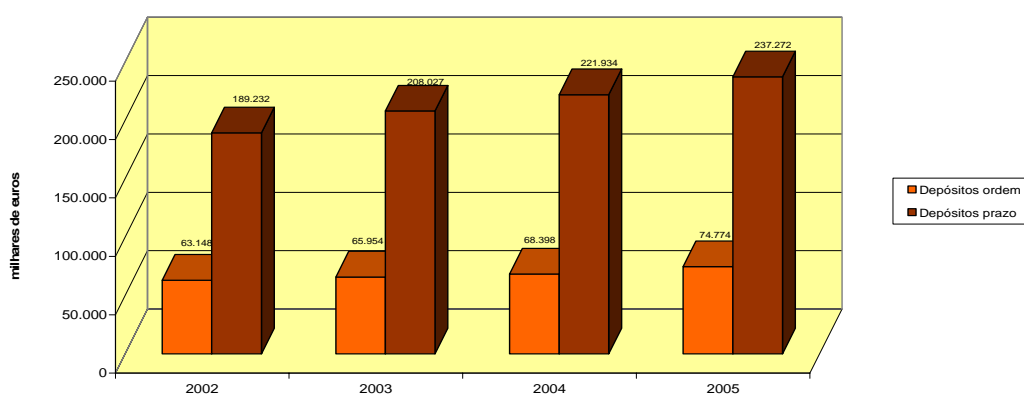
Os depósitos não à ordem viram o seu saldo aumentar mais de quinze milhões de euros e, no seu conjunto, o montante dos recursos alheios cresceu mais de vinte e seis milhões de euros no exercício em análise.

A estrutura da carteira de depósitos é favorável, já que os colocados à vista representam 23,96% do total dos recursos de clientes.

### EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

	2005		2004		Variação	
	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%
Depósitos ordem	74.774	23,14%	68.398	23,04%	6.376	9,32%
Depósitos prazo	237.272	73,44%	221.934	74,76%	15.338	6,91%
TOTAL REC.CLIENTES	312.046	96,58%	290.332	97,80%	21.714	7,48%
REC.DE INST.CRÉDITO	11.042	3,42%	6.529	2,20%	4.513	69,12%
<b>TOTAL RECURSOS</b>	<b>323.088</b>	<b>100,00%</b>	<b>296.861</b>	<b>100,00%</b>	<b>26.227</b>	<b>8,83%</b>

### EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



## 2.2 – Activos

O conjunto dos saldos das rubricas que constituem os activos de negócio da Caixa cresceu em 2005 cerca de trinta milhões de euros, correspondentes a um incremento de 8,94 pontos percentuais, atingindo o montante de 364 817 milhares de euros.

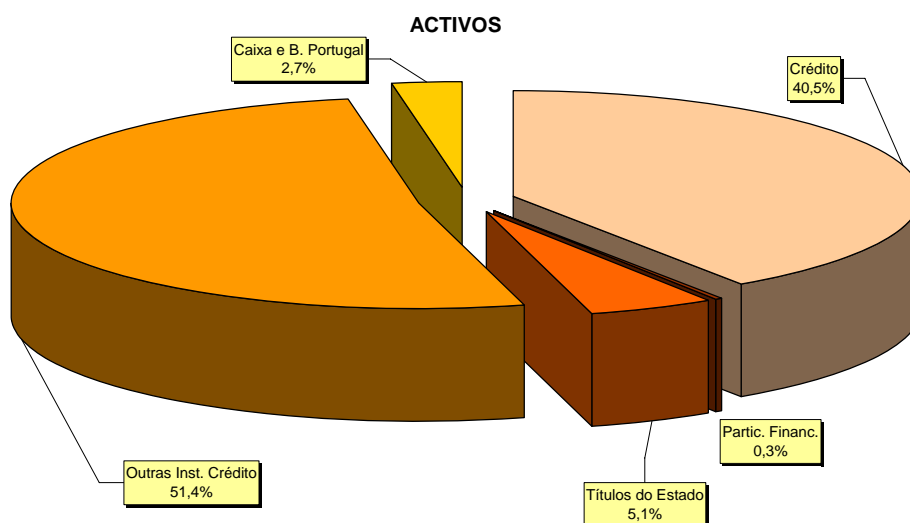
O crédito a clientes voltou a decrescer e, representa agora, pouco mais de quarenta por cento do agregado dos activos de negócio da instituição. Nos anos anteriores representava, 44.9%, 48.6%, 51.1%, respectivamente em 2004, 2003 e 2002.

Em sentido inverso têm evoluído as aplicações em instituições de crédito, cujo montante cresceu em 2005 mais de 20% e representa mais de 51% do agregado.

A carteira de títulos do estado que a Caixa detém, foi reforçada em cerca de quatro centenas de milhar de euros e representa um pouco mais de cinco por cento deste conjunto de activos.

### EVOLUÇÃO DOS ACTIVOS

	2005		2004		Variação	
	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%
Caixa e Banco Portugal	9.777	2,68%	9.422	2,81%	355	3,77%
Outras Inst. Créd.	187.749	51,46%	155.809	46,53%	31.940	20,50%
Créditos s/clientes	147.782	40,51%	150.492	44,94%	-2.710	-1,80%
Títulos do estado	18.429	5,05%	18.031	5,38%	398	2,21%
Participações financ.	1.080	0,30%	1.120	0,33%	-40	-3,57%
<b>TOTAL</b>	<b>364.817</b>	<b>100,00%</b>	<b>334.874</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.943</b>	<b>8,94%</b>



### 2.2.1 – Aplicações creditícias

A evolução da conjuntura económica em Portugal aconselhou a que não se alterassem, no exercício de 2005, os critérios restritivos adoptados na concessão de empréstimos ao sector privado, tendo-se portanto mantido a mesma política do ano anterior, que se baseou em critérios de grande prudência em termos de avaliação do risco e selectividade na admissão de novos clientes.

Esta circunstância originou que, pelo segundo ano consecutivo, decrescesse o volume do crédito concedido, tendo-se no exercício em análise esse decréscimo cifrado em 1,8%.

### CRÉDITO CONCEDIDO

	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>Variação</b>	
	<i>mil euros</i>	<i>mil euros</i>	<i>mil euros</i>	%
CRÉDITO VINCENDO	135.228	138.514	-3.286	-2,37%
CRÉDITO VENCIDO	12.554	11.978	576	4,81%
<b>TOTAL</b>	<b>147.782</b>	<b>150.492</b>	<b>-2.710</b>	<b>-1,80%</b>



### 2.2.1.1 – Crédito vincendo

#### DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

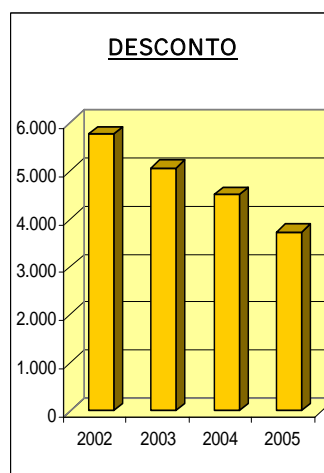
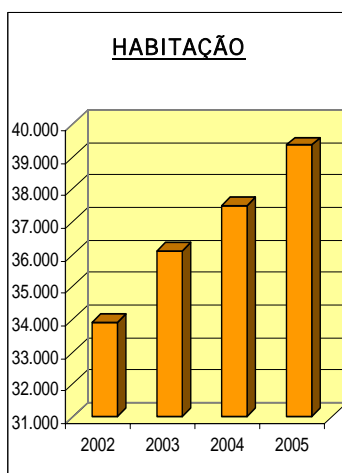
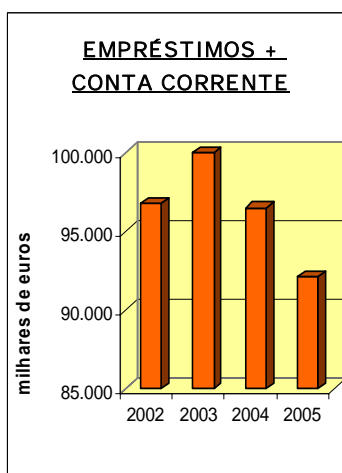
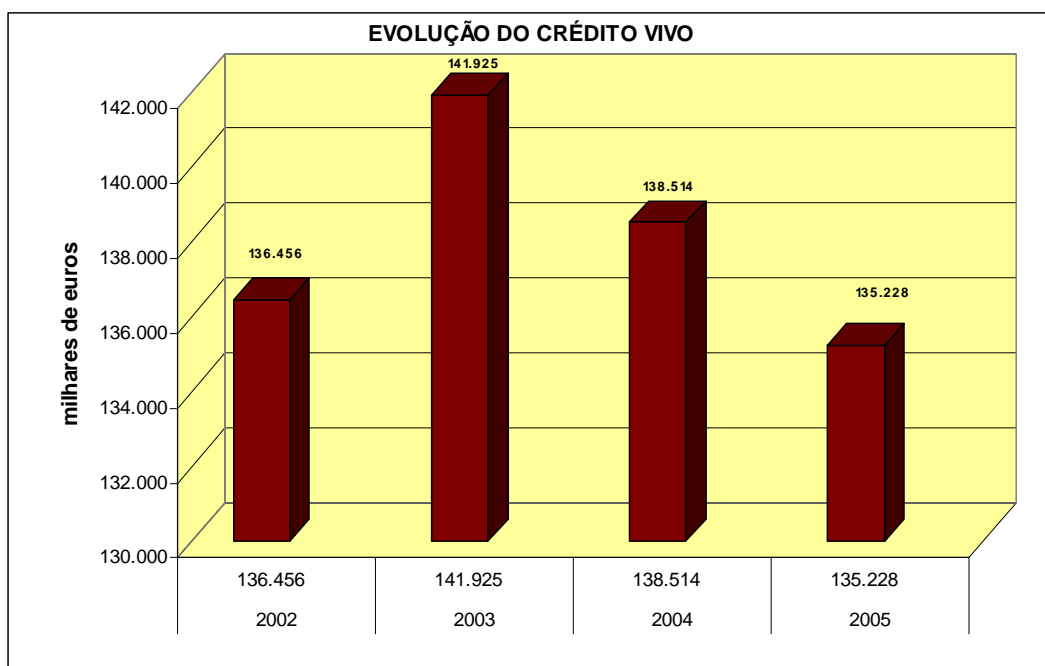
	2005		2004		Variação	
	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
Emprést.+C.Corrent.	92.117	68,12%	96.498	69,67%	-4.381	-4,54%
Crédito Habitação	39.367	29,11%	37.503	27,08%	1.864	4,97%
Desconto	3.744	2,77%	4.513	3,26%	-769	-17,04%
<b>TOTAL</b>	<b>135.228</b>	<b>100,00%</b>	<b>138.514</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3.286</b>	<b>-2,37%</b>

O crédito vivo viu o seu saldo decrescer 2,37%, valor quase idêntico ao que se havia verificado no exercício anterior, em relação a 2003 (-2,40%).

Para aquele decréscimo do saldo no exercício findo, contribuiu a transferência para crédito vencido de alguns empréstimos e a quebra na renovação de créditos pelas razões atrás apontadas.

O crédito para aquisição de habitação própria, que já representa mais de vinte e nove por cento do total da rubrica, foi uma excepção a esta tendência depressiva, facto que se explica pela especificidade deste tipo de crédito, nomeadamente em termos de risco.

Esta circunstância, acrescida à forte pressão concorrencial neste sector específico, na área do crédito, leva a que a generalidade das instituições bancárias sejam menos restritivas nos critérios de apreciação das respectivas operações.



### 2.2.1.2 – Crédito vencido

O rácio que confronta o crédito e juros vencidos com o crédito total, viu o seu valor crescer 0,53 pontos percentuais no ano que findou, passando a cifrar-se em 8,49%.

Considerando os montantes em atraso há mais de 3 meses e há mais de 12 meses, esse rácio passou a apresentar os valores de 8,22% e 7,29%, respectivamente.

O cálculo do rácio ajustado, que mede a razão entre o crédito em incumprimento líquido com o crédito total líquido, mostra-nos um valor de 1,57%, contra os 2,76% que o mesmo indicador apresentava no fecho do exercício de 2004.

O crescimento mais acelerado das provisões específicas, que de 2004 para 2005 cresceram cerca de 28%, justifica a evolução do referido rácio ajustado.

Os valores elevados de crédito em incumprimento referem-se a um número reduzido de processos de empréstimo, cujos procedimentos judiciais estão em desenvolvimento, na generalidade suportados por garantias reais que, tudo leva a crer, vão permitir um satisfatório ressarcimento dos valores em dívida e consequente recuperação das provisões constituídas.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido, melhoraram sensivelmente no exercício findo, sendo a do crédito vencido total, 91,42%, a do crédito vencido há mais de 3 meses de 94,46% e há mais de um ano de 106,42%. No ano anterior ao que se analisa, estes indicadores cifravam-se em 78,29%, 79,86% e 105,25% respectivamente.

#### ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

Classes de atraso	2005	2004	Variação	
	<i>mil euros</i>	<i>mil euros</i>	<i>valor</i>	<i>%</i>
I - Até 3 meses	404	235	169	71,91%
II - de 3 a 6 meses	752	163	589	361,35%
III e IV - de 6 a 12 meses	813	2.670	-1.857	-69,55%
V a IX - de 1 a 3 anos	5.923	5.830	93	1,60%
X a XII - mais de 3 anos	4.655	3.073	1.582	51,48%
Juros vencidos a regularizar	7	7	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>12.554</b>	<b>11.978</b>	<b>576</b>	<b>4,81%</b>

## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(em milhares de euros)

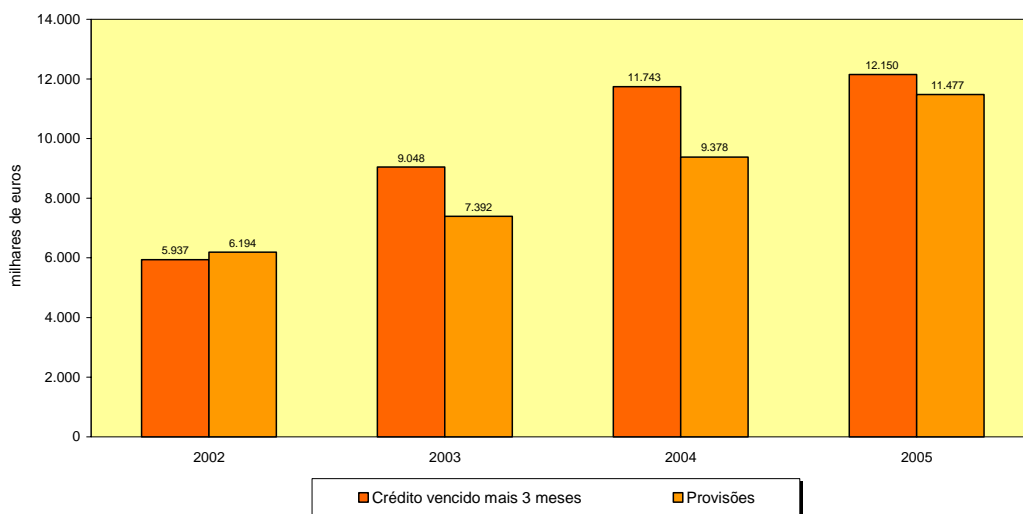
Indicadores	2005	2004	Variação	
			valor	em %
<b>Crédito concedido</b>	<b>147.782</b>	<b>150.492</b>	<b>-2.710</b>	<b>-1,80%</b>
<b>Crédito vencido</b>	<b>12.554</b>	<b>11.978</b>	<b>576</b>	<b>4,81%</b>
Crédito vencido menos 3 meses	404	235	169	71,91%
Crédito vencido há mais de 3 meses	12.143	11.736	407	3,47%
Crédito vencido há mais de um ano	10.578	8.903	1.675	18,81%
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total(%).	3,22%	1,96%	+1,26 p.p.	64,28%
Crédito vencido há mais de 3 meses em rel. ao créd. vencido total(%).	96,78%	98,04%	-1,26 p.p.	-1,29%
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total(%).	85,91%	74,39%	+11,52 p.p.	15,48%

<b>Provisões totais para crédito</b>				
Riscos gerais de crédito	1.488	1.568	-80	-5,10%
Crédito vencido e cobrança duvidosa	9.989	7.810	2.179	27,90%
<b>Total</b>	<b>11.477</b>	<b>9.378</b>	<b>2.099</b>	<b>22,38%</b>

<b>Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total</b>				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	8,49%	7,96%	+0,53 p.p.	6,66%
Idem vencidos há mais de 3 meses	8,22%	7,80%	+0,42 p.p.	5,38%
Idem vencidos há mais 12 meses	7,29%	5,92%	+1,37 p.p.	23,14%
Rácio ajustado (Créd.com incumprimento Líquido / Crédito total líquido).	1,57%	2,76%	-1,19 p.p.	-43,12%

<b>Taxas de cobertura por provisões</b>				
Crédito vencido total	91,42%	78,29%	+13,13 p.p.	16,77%
Crédito vencido há mais de 3 meses	94,46%	79,86%	+14,6 p.p.	18,28%
Crédito vencido há mais de um ano	106,42%	105,25%	+1,17p.p.	1,11%

### PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



#### 2.2.1.3 – Garantias

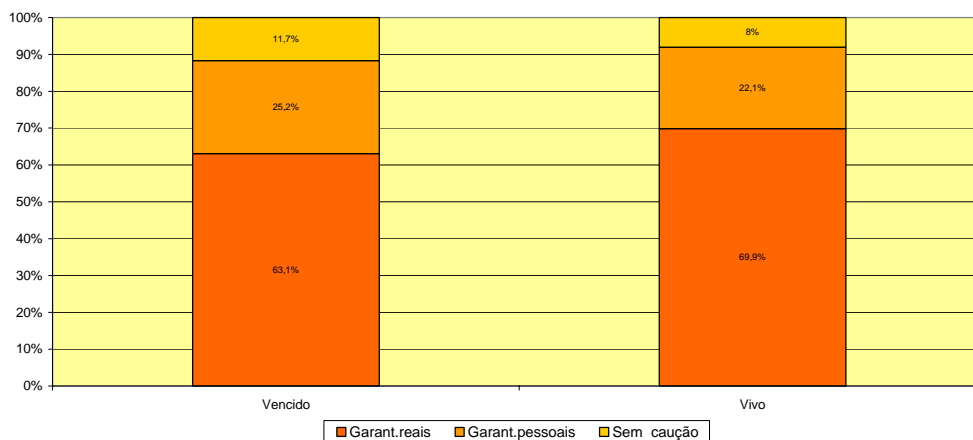
##### a) Crédito vivo

O crédito vivo cujo montante se elevava a 135 228 milhares de euros, estava caucionado por garantias reais em 94 461 milhares de euros, correspondentes a cerca de 70% daquele valor. Através de fiança, estão caucionados 29 863 milhares de euros e sem caução 10 904 euros, que correspondem a vinte e dois e a oito pontos percentuais, respectivamente.

##### b) Crédito vencido

Dos 12 554 milhares de euros na situação de vencidos e não pagos, 7 916 milhares de euros (63,1%) estão garantidos por hipoteca ou penhor, 3 166 milhares de euros (25,2%) estão caucionados por garantias pessoais e 1 472 milhares de euros (11,7%) não beneficiam de caução específica.

#### CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIAS



#### 2.2.2 – Disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito

Como atrás se referiu os saldos das contas que exprimem a captação de recursos e os das que correspondem à concessão de crédito, evoluíram em sentidos opostos, crescendo as primeiras e decrescendo estas últimas.

As razões que justificam a quebra no montante dos empréstimos baseiam-se, mais nos critérios apertados de avaliação do risco, do que propriamente na falta de procura.

A conjuntura económica desfavorável, induz a percepção de mais dificuldades para o cumprimento do serviço da dívida, concorrendo para que haja da parte da Caixa uma maior exigência em termos de taxas e da qualidade das garantias.

Nestas circunstâncias tem-se optado por canalizar as disponibilidades para junto de outras instituições de crédito interessadas, sacrificando a rendibilidade, mas salvaguardando o risco.

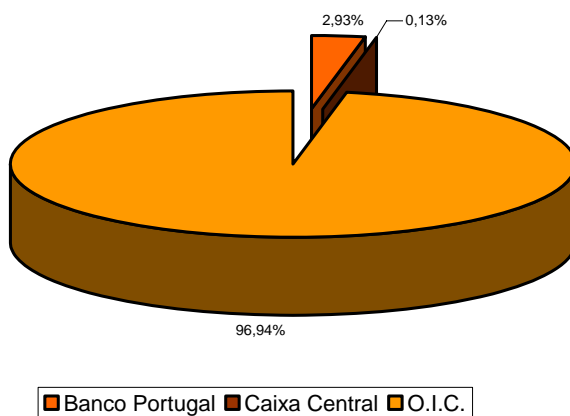
Os montantes colocados na Caixa Central a prazo, atingiram a maturação e não foram renovados, o que justifica a expressiva diminuição do saldo.

Os montantes colocados junto das outras instituições de crédito aumentaram, no exercício, cerca de 32,8 milhões de euros, correspondentes a um incremento de mais de 21 pontos percentuais.

#### APLICAÇÕES E DISPONIBILIDADES EM O.I.C. E NO B.P.

	2005		2004		Variação	
	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%
Banco de Portugal	5.673	2,93%	4.976	3,09%	697	14,01%
Caixa Central	254	0,13%	1.090	0,68%	-836	-76,70%
Outras Inst. Crédito	187.495	96,94%	154.719	96,23%	32.776	21,18%
<b>TOTAL</b>	<b>193.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>160.785</b>	<b>100,00%</b>	<b>32.637</b>	<b>20,30%</b>

#### DEPÓSITOS EM BANCOS



### 2.2.3 – Participações Financeiras

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração na sua estrutura no ano de 2005, justificando-se a alteração do saldo pelo reforço das provisões, referentes à participação no capital da SIBS.

#### EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	2005		2004		Variação	
	euros	%	euros	%	euros	%
SIBS (valor subscrição)	1.210.682		1.210.682			
Provisão	133.173		93.724			
SIBS (líquido)	1.077.509	99,76%	1.116.958	99,76%	-39.449	-3,53%
Mapicentro	600	0,06%	600	0,05%	0	0,00%
FENACAM	60	0,01%	60	0,01%	0	0,00%
SWIFT	1.980	0,17%	1.980	0,18%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.080.149</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.119.598</b>	<b>100,00%</b>	<b>-39.449</b>	<b>-3,52%</b>

## 3. ÁREA DE MEIOS

### 3.1 – Recursos humanos

O quadro de pessoal da Caixa de Leiria não sofreu alterações sensíveis, havendo somente a registar a redução de uma unidade durante o ano de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 a Caixa tinha ao seu serviço 113 trabalhadores.



### 3.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

No decorrer do exercício de 2005 introduziram-se alterações nesta área, que conduziram a melhorias na operacionalidade da instituição, em três vectores principais:

- Reforçaram-se os meios humanos afectos;
- Adquiriu-se novo equipamento;
- Acedeu-se a novas e melhores soluções de software.

Foi contratado para os quadros da Caixa um técnico qualificado e com larga experiência na área informática do sector bancário.

Modernizou-se diverso equipamento, nomeadamente em termos de novas unidades de impressão a laser. Reforçou-se também a operacionalidade de diversas estações de trabalho, com especial incidência nos Gabinetes de Informática, de Auditoria e Departamento Jurídico.

Em termos de software actuou-se nas duas áreas, na aplicação central e naquela que tem ligações com o exterior.

Assim:

Na área interna teve especial relevância o desenvolvimento nos programas de contabilidade para adaptação às novas normas contabilísticas (NCA).

Em termos de módulos com ligações ao exterior saliente-se a grande evolução no Modelo Global SIBS, com implementação da nova versão Real Time/MB, que permitiu à Caixa ser pioneira na disponibilização do novo cartão Multibanco, com chip integrado.

Nesta área merecem ainda registo os melhoramentos originados pela introdução de novos códigos de movimentação, no sub-sistema "Efeitos/SIBS".

### 3.3 – Rede de distribuição

#### 3.3.1 – Construção de novas instalações

No fecho do exercício as obras das novas instalações da delegação de Monte Real encontravam-se na fase de acabamentos finais, prevendo-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2006.

Trata-se de uma instalação construída de raiz para o efeito, que vai permitir que aquela que foi a primeira delegação da Caixa de Leiria, possa oferecer à sua vasta clientela uma área que, em dimensão e funcionalidade, se adequa ao movimento do balcão.

#### 3.3.2 – Obras de beneficiação e reconversão

Após aprovação dos projectos de arquitectura pela Câmara Municipal e pelo IPPAR, tiveram início no terceiro trimestre do ano, as obras de recuperação e adaptação do edifício, palácio dos Ataídes, que a Caixa adquiriu em 2004.

Após concluída a intervenção no palácio, passará o mesmo a albergar os serviços centrais desta instituição bancária e a sede da Fundação Caixa Agrícola de Leiria.

### 3.4 – Dimensão

<b>INDICADORES DE DIMENSÃO</b>	<i>Unidade</i>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Activo líquido do balanço	<i>mil euros</i>	367.386	339.462
Activo líquido médio	<i>mil euros</i>	355.692	330.449
Recursos próprios do balanço	<i>mil euros</i>	39.574	38.138
Recursos próprios médios	<i>mil euros</i>	39.169	34.931
Número de trabalhadores	<i>unidades</i>	113	114
Balcões	<i>unidades</i>	16	16
Contas de D.O. activas	<i>unidades</i>	41.175	40.280
Máquinas multibanco	<i>unidades</i>	25	23
Terminais pagamento automático	<i>unidades</i>	173	150

Os indicadores que se referem no quadro, mostram que a Caixa de Leiria tem vindo a reforçar a sua intervenção junto das populações dos três concelhos que integram a sua área de actuação.

#### 4. ÁREA SOCIAL

O universo dos associados da Caixa de Leiria registou o seguinte movimento no ano de 2005:

Sócios em 31 de Dezembro de 2004 .....	13 248
Sócios admitidos no ano de 2005 .....	83
	<hr/>
	13 331
 Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2005 .....	 87
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2005 .....	2
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2005 .....	13 242

#### 5. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

##### 5.1 – Análise e decomposição dos resultados

Os resultados operacionais do exercício de 2005 cifraram-se em 5 000 milhares de euros, 485 mil euros inferiores aos do ano anterior, correspondentes a uma quebra de 8,84%.

Considerados os montantes das amortizações e o movimento de provisões, constituídas e repostas, encontrou-se o resultado de exploração, que no ano em análise se fixou em 2 279 milhares de euros, sensivelmente inferior ao do ano transacto.

Depois do apuramento dos ganhos e perdas extraordinários, referentes a exercícios anteriores, e do cálculo dos impostos encontrou-se em 31 de Dezembro de 2005, um lucro líquido de 2150 milhares de euros.

Veja-se em pormenor a evolução das principais variáveis homólogas e a sua influência na formação do resultado:

- As variáveis que permitem o cálculo da margem evoluíram ambas no sentido menos favorável, diminuindo os juros e proveitos, face à quebra na concessão de crédito e aumentando os juros e custos, facto a que não é alheio o crescimento significativo dos recursos alheios;
- Uma melhoria nos resultados das comissões e outros custos e proveitos de exploração, contribuiu para que o decréscimo do montante do produto fosse menos acentuado do que o do resultado financeiro;
- Os custos administrativos comportaram-se dentro do que estava em plano, crescendo os custos com o pessoal dentro dos parâmetros a que conduzem as actualizações previstas na contratação colectiva, e os fornecimentos e serviços de terceiros que viram o seu saldo diminuir em relação ao ano anterior;
- O valor líquido das provisões constituídas, cresceu fortemente (mais de 12%), com reflexos significativos nos resultados, mas também nas taxas de cobertura, por provisões, do crédito vencido;

#### Discriminação da Evolução Anual dos Resultados de Exploração

(milhares de euros)

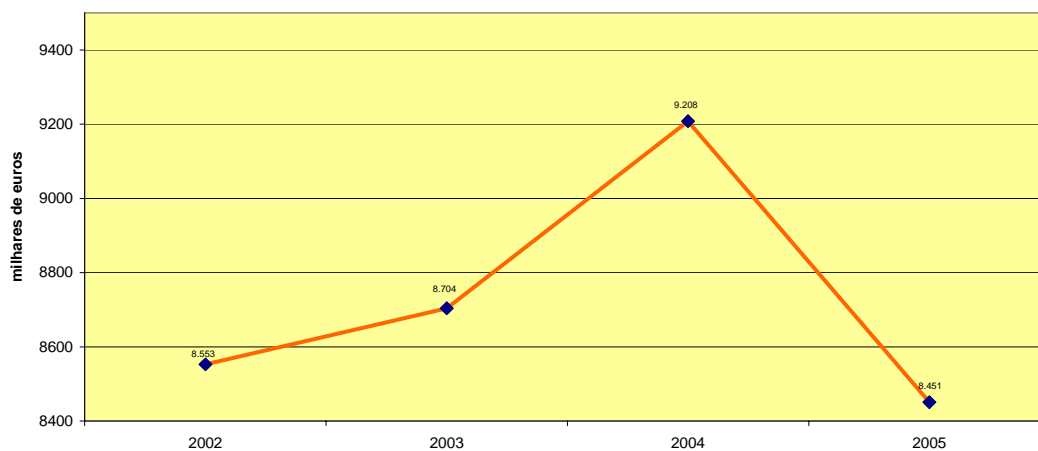
Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Comissões e outras	36	Resultado financeiro	757
Outros custos e proveitos	502	Custos com pessoal	280
Fornecimento e serv. Terceiros	14	Constituição provisões	344
Amortizações	66	Reposição provisões	7
<b>TOTAL</b>	<b>618</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.388</b>

**Variação: 618-1388 = -770**

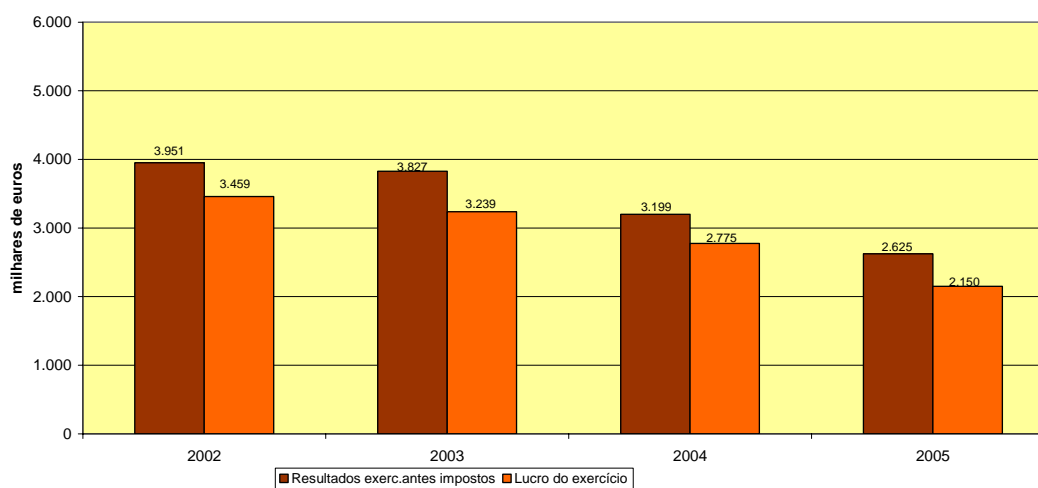
## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	2005	2004	Variação	
	mil euros	mil euros	valor	%
Juros e proveitos	14.171	14.600	-429	-2,94%
Juros e custos	5.720	5.392	328	6,08%
<b>1.RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>8.451</b>	<b>9.208</b>	<b>-757</b>	<b>-8,22%</b>
Comissões (líquido)	707	656	51	7,77%
Outros custos e prov. explor. (líquido)	455	-47	502	-1068,09%
Op. fin. e camb. (líquido)	178	193	-15	-7,77%
<b>2.PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>9.791</b>	<b>10.010</b>	<b>-219</b>	<b>-2,19%</b>
Custos com o pessoal	3.658	3.378	280	8,29%
Fornec. e serv. de terceiros	1.133	1.147	-14	-1,22%
<b>3.CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>4.791</b>	<b>4.525</b>	<b>266</b>	<b>5,88%</b>
<b>4.RESULTADO OPERACIONAL (2-3)</b>	<b>5.000</b>	<b>5.485</b>	<b>-485</b>	<b>-8,84%</b>
5.Amortizações	533	599	-66	-11,02%
6.Provisões	3.192	2.848	344	12,08%
7.Reposição e anulação de provisões	1.004	1.011	-7	-0,69%
<b>8.RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO (4-5-6+7)</b>	<b>2.279</b>	<b>3.049</b>	<b>-770</b>	<b>-25,25%</b>
9.Ganhos extraordinários	400	328	72	21,95%
10.Perdas extraordinárias	54	178	-124	-69,66%
<b>11.RESULT. DO EX.ANT. IMPOST. (8+9-10)</b>	<b>2.625</b>	<b>3.199</b>	<b>-574</b>	<b>-17,94%</b>
Impostos sobre os lucros e out. impostos	475	424	51	12,03%
<b>12. LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.150</b>	<b>2.775</b>	<b>-625</b>	<b>-22,52%</b>

### EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO



### RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Apesar da margem financeira se ter reduzido 8,22%, face ao bom comportamento das comissões e outros custos, o produto bancário somente decresceu 2,19 pontos percentuais.

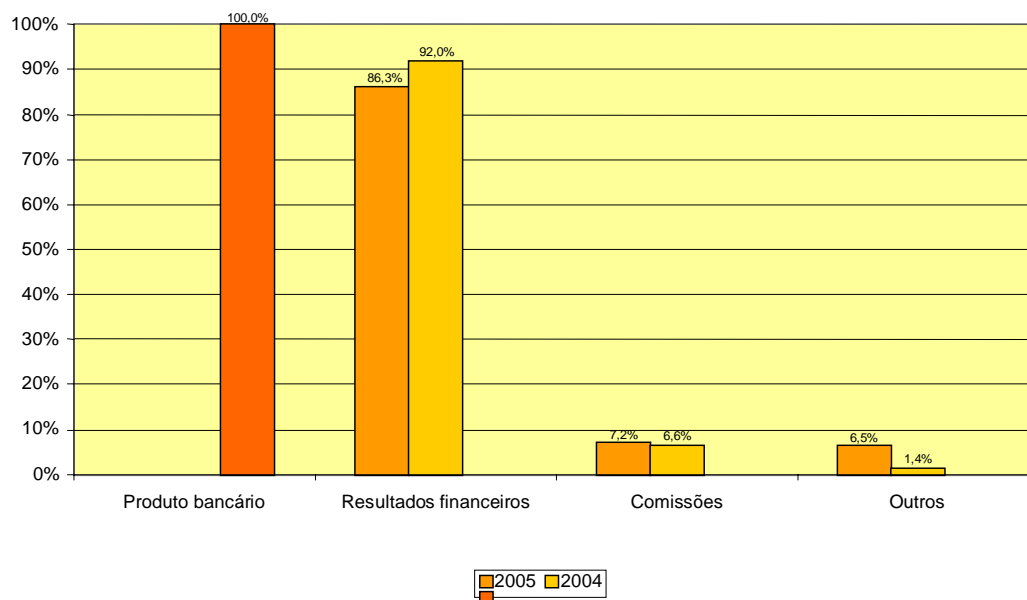
A permanência da conjuntura com margens de intermediação muito esmagadas, levou a Caixa a adoptar uma filosofia mais realista e mais consentânea com a praticada na banca, em termos de preço e de novos serviços a cobrar, relacionados com a actividade bancária não financeira, que entraram em vigor no início de 2006.

No próximo exercício, será com certeza relevante a alteração na estrutura dos proveitos, originada por aquelas medidas.

### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

	2005		2004	
	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%
Resultados financeiros	8.451	86,3%	9.208	92,0%
Comissões	707	7,2%	656	6,6%
Outros	633	6,5%	146	1,4%

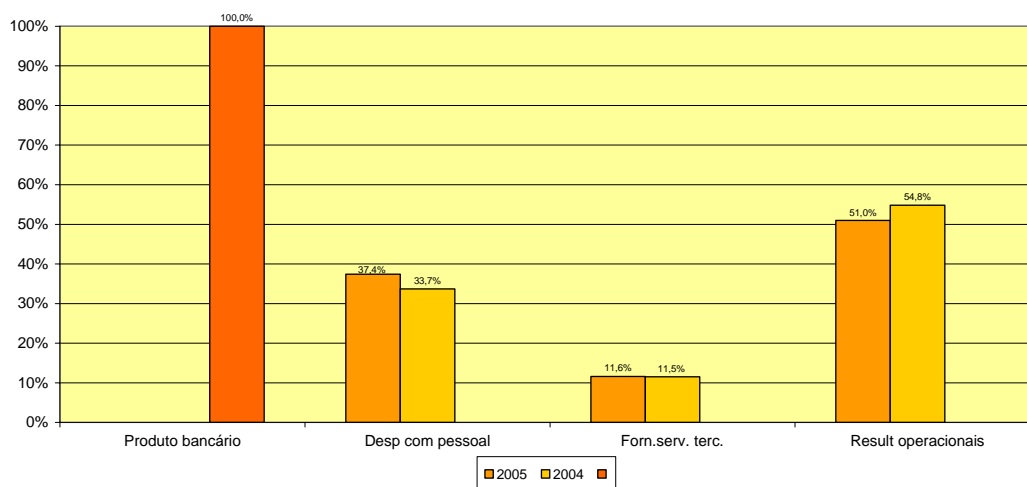
### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

	2005		2004	
	<i>mil euros</i>	%	<i>mil euros</i>	%
Despesas com pessoal	3.658	37,4%	3.378	33,7%
Fornec. e serv. de terceiros	1.133	11,6%	1.147	11,5%
Resultados operacionais	5.000	51,0%	5.485	54,8%

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



## 5.2 – Eficiência

O rácio “cost-to-income” que mede a eficiência, cresceu em relação ao ano anterior, face à evolução dos custos de funcionamento e ao produto bancário.

O valor de 54,38% atingido representa um valor favorável dentro da normalidade do sector bancário.

### Cálculo do rácio de eficiência total (cost-to-income)

(em mil euros e perc.)

	2005	2004
Custos com o pessoal	3.658	3.378
Outros custos administrativos	1.133	1.147
Amortizações	533	599
<b>Custos de funcionamento (A)</b>	<b>5.324</b>	<b>5.124</b>
<b>Produto bancário (C)</b>	<b>9.791</b>	<b>10.010</b>
<b>RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)</b>	<b>54,38%</b>	<b>51,19%</b>



## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

(em milhares de euros)

Contas	2005	2004	Variação	
			valor	em %
<b>1. Custos com pessoal</b>	<b>3.658</b>	<b>3.378</b>	<b>280</b>	<b>8,29%</b>
Órgãos de gestão e fiscalização	276	277	-1	-0,36%
Empregados	2.614	2.415	199	8,24%
Encargos sociais	752	671	81	12,07%
Outros custos com pessoal	16	15	1	6,67%
<b>2. Fornecimentos e serviços de terceiros</b>	<b>1.133</b>	<b>1.147</b>	<b>-14</b>	<b>-1,22%</b>
Fornecimento de terceiros	187	208	-21	-10,10%
Rendas e alugueres	23	21	2	9,52%
Comunicação e despesas expediente	223	245	-22	-8,98%
Deslocações e estadas	78	75	3	4,00%
Publicidade e edições	51	63	-12	-19,05%
Custos trabalho independente	23	50	-27	-54,00%
Conservação e reparação	44	52	-8	-15,38%
Seguros	36	34	2	5,88%
Custos judiciais	58	37	21	56,76%
Outros custos	411	362	49	13,54%
<b>3. Amortizações</b>	<b>533</b>	<b>599</b>	<b>-66</b>	<b>-11,02%</b>
Software	159	217	-58	-26,73%
Equipamento	260	259	1	0,39%
Imóveis	114	123	-9	-7,32%
<b>4. TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>5.324</b>	<b>5.124</b>	<b>200</b>	<b>3,90%</b>
<b>5. PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>9.791</b>	<b>10.010</b>	<b>-219</b>	<b>-2,19%</b>
Resultado financeiro	8.451	9.208	-757	-8,22%
Resultado de comissões e de out. custos e proveitos	1.340	802	538	67,08%
<b>6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)</b>	<b>54,38%</b>	<b>51,19%</b>	<b>3,19 p.p.</b>	<b>6,23%</b>

## EFICIÊNCIA RELATIVA

(em percentagem)

Rácios	2005	2004	Variação	
			valor	em %
1. Custos com pessoal/Produto bancário	37,36%	33,75%	3,61p.p.	10,70%
2.Fornecimento e serviç. terceiros/Produto bancário	11,57%	11,46%	0,11 p.p.	1,84%
3. Amortizações/Produto bancário	5,45%	5,98%	-0,53 p.p.	-8,86%
<b>4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)</b>	<b>54,38%</b>	<b>51,19%</b>	<b>3,19 p.p.</b>	<b>6,23%</b>

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO	Unidade	2005	2004
Activo líquido/n.º de trabalhadores	mil euros	3.251	2.978
Custos administrativos/activo líquido	%	1,30%	1,54%
Depósitos/N.º empregados	mil euros	2.762	2.547
Custos com pessoal/Recursos alheios	%	1,13%	1,16%
Produto bancário/n.º empregados	mil euros	87	88
Volume de negócios/ n.º empregados	mil euros	5.981	5.475
Total empregados / n.º balcões	em n.º	7,1	7,1

Estes indicadores que avaliam o grau de eficiência da instituição são satisfatórios e, na generalidade, apresentam tendência de evolução positiva.

### 5.3 – Rendibilidade

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2005	2004
A. Margem de lucro (ml)	%	12,49%	15,84%
B. Rendimento dos activos (ra)	%	4,84%	5,31%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA)=( ml)x(ra)	%	0,60%	0,84%
D. Relação Activo líq.médio/Rec. próprios médios	n.º	9,08	9,46
E. Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	5,45%	7,95%
F. Resut. antes impostos/Activo líq. Médio	%	0,74%	0,97%
G. Produto bancário/activo líquido médio	%	2,75%	3,03%
H. Result. antes impostos/Rec. próprios médios	%	6,70%	9,16%

A. Resultados do exercício/proveitos totais

B. Proveitos totais/activo líquido médio

E. CXD

As razões que determinaram os resultados, já atrás analisadas, justificam as quebras de rentabilidade que os indicadores indiciam.

## 6. INDICADORES PRUDENCIAIS

INDICADORES PRUDENCIAIS	Unidade	2005	2004
Rácio de liquidez	%	102,80%	111,80%
Rácio de solvabilidade	%	22,93%	20,96%
Imobilizado líquido/fundos próprios	%	22,52%	23,47%
Provisões crédito/créd.e juros vencidos	%	91,42%	78,29%
Prov. para risc. gerais créd./crédito conc.	%	1,01%	1,05%

Estes indicadores mostram valores muito positivos, sendo de realçar a evolução daquele que mede a taxa de cobertura do crédito vencido por provisões específicas.

### ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

Rubricas	2005	2004	(milhares de euros)	
			Variação	
			valor	em %
Fundos próprios base elegíveis	36.646	34.470	2.176	6,31%
Fundos próprios complem. elegíveis	1.856	586	1.270	216,72%
Deduções	624	460	164	35,65%
<b>1. Fundos próprios elegíveis</b>	<b>37.878</b>	<b>34.596</b>	<b>3.282</b>	<b>9,49%</b>
<b>2. Activos e elem. extrapatr. ponderados</b>	<b>165.163</b>	<b>165.038</b>	<b>125</b>	<b>0,08%</b>
<b>3. Requisitos de fundos próprios</b>	<b>13.213</b>	<b>13.203</b>	<b>10</b>	<b>0,08%</b>
<b>4. Fundos próprios disponíveis (1-3)</b>	<b>24.665</b>	<b>21.393</b>	<b>3.272</b>	<b>15,29%</b>
<b>5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1/(3x12,5))</b>	<b>22,93%</b>	<b>20,96%</b>	<b>0,0197</b>	<b>9,40%</b>

### ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

Rubricas	2005	2004	(milhares de euros)	
			Variação	
			valor	em %
1. Fundos próprios de base	36.646	34.470	2.176	6,31%
2. Requisitos de fundos próprios X 12,5	165.163	165.038	125	0,08%
3. Rácio de adequação dos F.P. de base (Tier 1)	22,19%	21,21%	0,98 p.p.	4,62%

a)De acordo com as determinações do Banco de Portugal(Instr.16/2004)

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2005, no montante 2 150 062,15 euros, propõe-se a seguinte distribuição: *(em euros)*

▪ Reserva legal.....	1 500 000,00
▪ Reserva especial.....	649 062,15
▪ Reserva para educação e formação cooperativa.....	500,00
▪ Reserva para mutualismo.....	500,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

Capital Social.....	23 805 210,00
Reservas.....	15 768 953,93
Reserva legal.....	12 000 000,00
Reserva para educ.e form. Cooperativa.....	15 000,00
Reserva para mutualismo.....	22 000,00
Reserva de reavaliação.....	586 214,94
Reserva especial .....	3 145 738,99
Situação líquida.....	39 574 163,93

### Nota final

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 17 de Fevereiro de 2006

A Direcção

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

ANEXO I

ACTIVO	ANO 2005			( Unidade: Euros)
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LIQUIDO	ANO 2004 LÍQUIDO
1. Caixa e disponib.em Bancos Centrais	9.777.111		9.777.111	9.422.315
2. Disponibilidades á vista s/instituições de crédito	11.117.918		11.117.918	10.424.096
3. Outros créditos sobre inst.crédito	176.631.320	0	176.631.320	145.384.620
4. Créditos sobre os clientes	147.781.834	9.988.782	137.793.052	142.682.069
5. Obrigações e outros títulos rendimento fixo	18.499.710	71.134	18.428.576	18.031.406
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - emissores publicos	18.499.710	71.134	18.428.576	18.031.406
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores	0	0	0	0
(Dos quais: obrigações próprias)	0		0	0
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0
7. Participações	1.213.322	133.173	1.080.149	1.119.598
8. Partes de capital empresas coligadas	0	0	0	0
9. Imobilizações incorpóreas	1.096.761	941.084	155.677	272.818
10. Imobilizações corpóreas	12.567.952	4.890.496	7.677.456	7.560.236
(Dos quais: Imóveis)	8.335.885	1.358.191	6.977.694	6.808.548
11. Capital subscrito não realizado	0		0	0
12. Acções próprias, partes capital próprias	0		0	0
13. Outros activos	3.660.185	1.043.496	2.616.689	1.952.833
15. Contas de regularização	2.108.425		2.108.425	2.611.543
16. Prejuízo do exercício	0		0	0
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>384.454.538</b>	<b>17.068.165</b>	<b>367.386.373</b>	<b>339.461.534</b>

PASSIVO	ANO 2005 (LÍQUIDO)	ANO 2004 (LÍQUIDO)
1. Débitos para com inst.crédito	11.041.696	6.528.727
a) A vista	41.696	28.727
b) A prazo ou com pré-aviso	11.000.000	6.500.000
2. Débitos para com os clientes	312.046.234	290.332.346
a) Depósitos de poupança	33.857.552	33.077.984
b) Outros débitos	278.188.682	257.254.362
ba) - A vista	74.774.162	68.397.920
bb) - A prazo	203.414.520	188.856.442
3. Débitos representados por títulos	0	0
a) - Obrigações em circulação	0	0
b) - Outros	0	0
4. Outros passivos	480.029	358.806
5. Contas de regularização	2.756.734	2.535.044
6. Provisões para riscos e encargos	1.487.516	1.568.114
a) Prov. pensões, encargos similares	0	0
b) Outras provisões	1.487.516	1.568.114
6A. Fundo p/ riscos bancários gerais	0	0
8. Passivos subordinados	0	0
9. Capital subscrito	23.805.210	23.519.605
10. Prémios de emissão	0	0
11. Reservas	13.032.677	11.257.811
12. Reserva de Reavaliação	586.215	586.215
13. Resultados transitados	0	0
14. Lucro do exercício	2.150.062	2.774.866
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>367.386.373</b>	<b>339.461.534</b>

#### RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

1.PASSIVOS EVENTUAIS	11.996.147
Dos quais:	
-Aceites comp. p/ endosso efeitos redesc.	0
-Cauções e activos dados em garantia	5.710.334
2.COMPROMISSOS PER. TERCEIROS	12.453.049
Dos quais:	
-Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	0

(1) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos

(2) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores

(3) Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6

(4) Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor)

(5) Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor)

(6) Na rubrica 1."Débitos para com IC" é incluída a parte do saldo relativa a recursos de IC e na rubrica 2."Débitos para com clientes" a parte respeitante a recursos de terceiros.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

( Unidade: Euros)

DEBITO	ANO 2005	ANO 2004 ( LIQUIDO )
A: CUSTOS		
1. Juros e custos equiparados	5.719.825	5.392.183
2. Comissões	175.128	133.904
3. Prejuizos em operações financeiras	17.159	30.581
4. Gastos gerais administrativos	4.791.002	4.525.592
a) Custos com o pessoal	3.657.525	3.378.458
Dos quais:		
(- salários e vencimentos)	2.889.249	2.692.229
(- encargos sociais obrigatórios)	752.022	670.780
Dos quais:		
(- com pensões)	16.276	7.908
b) Outros gastos administrativos	1.133.477	1.147.134
5. Amortizações do exercício	533.145	598.657
6. Outros custos de exploração	106.126	614.579
7. Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	3.152.683	2.824.831
8. Provisões para imobilizações financeiras	39.449	23.742
10. Resultado da actividade corrente	2.279.176	3.048.632
11. Perdas extraordinárias	54.204	177.520
13. Impostos sobre os lucros	469.075	417.537
14. Outros impostos	5.998	6.286
15. Lucro do exercício	2.150.062	2.774.866
<b>TOTAL</b>	<b>17.213.856</b>	<b>17.520.278</b>

CREDITO	ANO 2005	ANO 2004 ( LIQUIDO)
B: PROVEITOS		
1. Juros e proveitos equiparados	14.171.092	14.600.443
(Dos quais: de títulos de rendimento fixo)	605.691	501.031
2. Rendimento de títulos	17.184	57.934
a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	0	0
b) - Rendimento de participações	17.184	57.934
c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	0	0
3. Comissões	881.732	789.359
4. Lucros em operações financeiras	178.120	166.022
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	1.003.979	1.011.032
6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros proveitos de exploração	561.586	567.911
8. Resultados da actividade corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	400.163	327.577
11. Prejuízo do exercício		
TOTAL	17.213.856	17.520.278



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Valores expressos em euros)

#### NOTA INTRODUTÓRIA

A CCAM de Leiria (adiante apenas designada por “CCAM”) foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no Aviso n.º 6/99 do Banco de Portugal, bem como operações de crédito com finalidades diferentes das previstas no RJCAM, com os limites estabelecidos pela Instrução n.º 31/99 do Banco de Portugal.

A CCAM fez parte do "Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo" (SICAM), tendo a sua exoneração sido averbada pelo Banco de Portugal em 2001.03.27, facto relevante na alteração de procedimentos no sentido da sua adaptação às novas condições, impondo uma evolução gradual para mecanismos próprios ou através de operadores de mercado em substituição das ligações à *Caixa Central*.

## **NOTA 1 - AJUSTAMENTOS REALIZADOS PARA ESTABELECEER UMA CORRECTA COMPARABILIDADE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR**

Não foram realizados quaisquer ajustamentos para estabelecer uma correcta comparabilidade com o exercício anterior; assim as demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores publicados no exercício anterior.

## **NOTA 2 - EVENTUAIS SITUAÇÕES QUE CONSTANDO NUMA RUBRICA DE BALANÇO PODERIAM SER INCLUÍDAS NOUTRAS RUBRICAS**

Nas rubricas diversas do balanço, os registos contabilísticos estão classificados de acordo com a respectiva natureza, não existindo situações que poderiam ser classificadas noutras rubricas.

## **NOTA 3 - BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da CCAM são apresentadas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. Apenas para efeitos de reporte ao Banco de Portugal, as contas foram também reexpressas de acordo com a Instrução n.º 23/2004, emitida por aquela entidade.

As demonstrações financeiras da CCAM em 31 de Dezembro de 2005, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto é convicção da Direcção da CCAM que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações.

### **3.2. Resumo dos principais critérios e políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

a) Especialização de exercícios

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Operações em moeda estrangeira

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2005, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

c) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável

- Títulos de negociação

Consideram-se Títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder os seis meses.

As Obrigações e outros títulos de rendimento fixo são valorizadas com base na cotação de mercado, acrescida dos juros corridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito. Não existindo valor de mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição, acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento. As diferenças apuradas entre o valor de aquisição e o valor de valorização são registadas como custos ou proveitos.

- Títulos de investimento e títulos a vencimento

Os Títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção, em regra, ultrapassa seis meses, ou que, apesar de

ser intenção da CCAM mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento.

Títulos a vencimento são aqueles que a instituição pretende manter até ao respectivo reembolso e cumprem com os requisitos enumerados no Anexo à Instrução 4/96 do Banco de Portugal. Tratam-se de títulos de rendimento fixo e data de reembolso determinada.

As Obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizados nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, é provisionada por contrapartida de resultados.

#### **d) Participações e partes de capital em empresas coligadas**

Na rubrica Partes de capital em empresas coligadas são registadas as participações nas empresas em que a CCAM exerça uma posição de domínio e cujo interesse pela sua manutenção está ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro – empresas subsidiárias.

Na rubrica Participações são registadas as participações em empresas com percentagem de participação não inferior a 20%.

As partes de capital ou participações em empresas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição.

#### e) Provisões para riscos de crédito

As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do Aviso n.º 3/95 o qual foi alterado pelos Avisos n.º 2/99, n.º 3/99, n.º 7/2000, n.º 4/2002, n.º 8/2003, n.º 9/2003 e 2/2005, todos do Banco de Portugal, e incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada no activo como dedução à rubrica de Créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza do crédito e da existência ou não de garantias. Nos empréstimos com reembolso em prestações, a CCAM mantém o critério de apenas considerar vencida(s) a(s) prestação (ões) enquadrável (is) na classe I (até 3 meses), assim a totalidade da dívida considera-se vencida com a transferência para a classe II;
- (ii) uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica Créditos sobre clientes, correspondendo esta a uma percentagem que varia entre 0,5% e 100%, aplicada às prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, bem como aos créditos vincendos sobre um mesmo cliente em que se verifique que o crédito e juros vencidos de todas as operações desse cliente excedem 25% do crédito total acrescido dos juros vencidos. Os juros vencidos são abatidos ao activo quando se encontram vencidos há mais de três meses, ainda que não sejam considerados totalmente irrecuperáveis numa óptica económica. Os juros nestas condições, posteriormente recuperados, são considerados como proveitos no exercício em que tal se verificar;
- (iii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões para riscos e encargos – outras provisões, calculada mediante a aplicação de uma percentagem que varia entre 0,5% e 1,5% do restante crédito não vencido concedido pela CCAM, no qual se inclui o representado por aceites, garantias e avals prestados;

**f) Aplicações por recuperação de créditos**

As Aplicações por recuperação de créditos correspondem a bens que vieram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido, sendo apresentadas na rubrica Outros activos. Estes activos são registados ao valor de aquisição, ajustado em função das avaliações efectuadas, com a constituição de provisão adequada para as respectivas menos-valias potenciais, sempre que o valor de aquisição dos bens recebidos por dação em pagamento é superior ao respectivo valor esperado de realização. As mais-valias potenciais não são relevadas contabilisticamente.

Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

**g) Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens :

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

As Beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso n.º 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

**h) Imobilizações incorpóreas**

O Imobilizado incorpóreo da CCAM é composto essencialmente por despesas de constituição, com aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e despesas plurianuais, cujo impacto se repercute para além do exercício em

que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

#### i) Complementos de pensões de Reforma

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV), sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

#### j) Impostos sobre lucros

##### Impostos correntes

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Até ao exercício de 2000 inclusive a CCAM era tributada pelo lucro consolidado apurado pelo processo de consolidação fiscal de contas da Caixa Central com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas, no exercício de 2001 a CCAM passou a ser tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e à taxa geral de 25% (excluídas do EFC), a CCAM criou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

#### **k) Fundo de Garantia de Depósitos**

Na sequência da exoneração do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) esta saiu do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e aderiu ao Fundo de Garantia de Depósitos. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

Anualmente é devida uma contribuição para aquele Fundo. O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 33% para o exercício de 2005.

Em 2005 a taxa contributiva de base aplicável à CCAM foi de 0,0375%, tendo a respectiva contribuição de 56.100,54 euros sido reconhecida, tal como no exercício anterior, em custo do exercício a que diz respeito e registada em sub-rubrica de Juros e custos equiparados.

#### **NOTA 4 - QUAISQUER DERROGAÇÕES AOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

Não foram efectuadas quaisquer derrogações aos critérios valorimétricos, não existindo pois qualquer influência sobre o património, a situação financeira, os resultados e a carga fiscal.

#### **NOTA 5 - ACTIVOS COM VALOR DE BALANÇO DIFERENTE DO VALOR DE MERCADO**

As menos-valias referentes aos títulos de investimento e aos títulos a vencimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são provisionados de acordo com a política referida na Nota 3.2 c), sendo o valor das provisões apresentado como dedução aos respectivos activos (ver Nota 10).



As aplicações para recuperação de créditos, elementos constantes na rubrica 13, apresentam um custo de aquisição superior em 1.010.842 euros, ao respectivo valor de mercado, devidamente provisionado (ver Nota 24).

#### **NOTA 6 - PARTICIPAÇÕES E PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS COLIGADAS**

São consideradas empresas coligadas as participações de capital superiores a 50% em que seja exercido controlo pela CCAM. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja participação da CCAM no seu capital se situa entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio.

A CCAM em 31 de Dezembro de 2005 não detém quaisquer participações enquadráveis como coligadas ou associadas (pelo que as Notas 8 e 9, sobre créditos, e as Notas 20 e 21, sobre débitos, não são aplicáveis).

A provisão para menos-valias financeiras, no final dos exercícios de 2005 e 2004, destina-se a fazer face às desvalorizações de carácter permanente da seguinte participação:

	2005	2004
- SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	133.173	93.724

#### **NOTA 7 - VENCIMENTO DE OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO**

Das obrigações e títulos de rendimento fixo constantes na nota 10, uma parte, no montante de 8.305.508 euros tem vencimento durante o exercício de 2006.

#### **NOTA 8 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS**

Não existem quaisquer créditos sobre empresas participadas.

## NOTA 9 - CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS COLIGADAS

Não existem quaisquer créditos sobre empresas coligadas.

## NOTA 10 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

O montante dos títulos de rendimento fixo detidos em 31 de Dezembro de 2005 apresenta a seguinte decomposição:

(em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade Nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço	
	2005	2005	2005	2005	2004
<b>B.Títulos - INVESTIMENTO</b>					
De rendimento fixo - de emissores publicos					
De dívida publica portuguesa					
- A curto prazo					
-BT 15Março2006	7,973,409	100.000%	99.533%	7,936,174	
-BT 17Maio2006	372,757	100.000%	99.082%	369,335	
- A médio e longo prazos					
-OT 5,250% Outubro 2000-2005					1,832,464
-OT 4,875% Agosto 2002-2007	5,000,000	103.530%	103.160%	5,158,000	6,050,874
-OT 4,375% Junho 2003-2014	2,297,625	107.790%	107.860%	2,476,659	
-OT 3,000% Julho 2003-2006					9,166,108
-OT 3,250% Julho 2004-2008	980,000	100.740%	100.690%	986,762	981,960
-OT 3,350% Outubro 2005-2015	1,508,434	100.320%	99.550%	1,501,646	
<b>TOTAL</b>	<b>18,132,225</b>			<b>18,428,576</b>	<b>18,031,406</b>

Dos 18.132.225 euros, relativos ao total do valor nominal dos títulos detidos por esta CCAM, 5.000.000 euros, referentes a OT 4,875% Agosto 2002-2007, encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal, para caução do Crédito Intradiário e 600.000 euros, referentes a OT 3,250% Julho 2004-2008, encontram-se penhorados a favor do Fundo de Garantia de Depósitos, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com aquele Fundo.

#### NOTA 11 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

O movimento verificado nas rubricas de Imobilizações corpóreas e incorpóreas durante o exercício, é apresentado no Anexo IV.

#### NOTA 12 - ACTIVOS COM CARÁCTER SUBORDINADO

Não existem activos com esta natureza.

#### NOTA 13 - ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA FIRME

Não existem activos com esta natureza.

#### NOTA 14 - DURAÇÃO RESIDUAL DOS CRÉDITOS DAS RUBRICAS 3 e 4 DO ACTIVO

Os créditos correspondentes à rubrica 3 e 4 do Activo, encontram-se enquadrados nos seguintes prazos, de acordo com a sua duração residual:

Descrição	3 . Outros créditos sobre i.c.		4. Créditos sobre clientes	
Prazo / Exercício	2005	2004	2005	2004
< 3 meses	107.436.720	118.215.382	7.491.665	7.692.419
1 ano < 3 meses	69.194.600	27.169.238	7.685.783	7.483.652
5 anos < 1 ano			33.194.189	35.490.990
> 5 anos			72.639.715	72.625.037
Indeterminada			26.770.482	27.199.980
Total	176.631.320	145.384.620	147.781.834	150.492.078

## NOTA 15 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Não foi efectuada qualquer reavaliação de imobilizado durante o exercício de 2005, e não foram feitas amortizações extraordinárias resultantes de medidas de carácter fiscal.

As reservas de reavaliação apresentavam, em 31 de Dezembro de 2004, o saldo de 586.215 euros, resultante da reavaliação efectuada em exercícios anteriores ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. Como durante o exercício de 2005 não houve qualquer movimento nesta rubrica, em 31 de Dezembro de 2005, o saldo cifrava-se no mesmo valor.

As imobilizações corpóreas reavaliadas em exercícios anteriores resumem-se como segue:

Imobilizações corpóreas (mapas fiscais)	Custo histórico	Reavaliações	Amortizações acumuladas	Valor líquido Contab. reaval.
33.8	928,30	1.102,30	1.102,30	0,00
33.12	10.628,42	19.372,26	19.372,26	0,00
33.15	397.609,48	504.895,76	504.895,76	0,00
33.17	194.170,35	242.912,23	241.294,15	1.618,08
33.18	3.062.250,06	4.836.072,88	1.799.103,92	3.036.968,96
Total	3.665.586,61	5.604.355,43	2.565.768,39	3.038.587,04

## NOTA 16 - TRESPASSES, DESPESAS DE ESTABELECIMENTO E DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As despesas que existem, desta natureza, estão totalmente amortizadas.

**NOTA 17 - CORRECÇÕES DE VALOR EXCEPCIONAL INTRODUZIDAS NO ACTIVO NÃO IMOBILIZADO MOTIVADO POR MEDIDAS DE CARÁCTER FISCAL**

Não existem quaisquer correcções desta natureza.

**NOTA 18 - DURAÇÃO RESIDUAL DOS DÉBITOS DAS RUBRICAS 1.b), 2.a), 2.b) bb) e 3.b) DO PASSIVO**

Os débitos correspondentes às rubricas 1.b), 2.a), 2.b), bb) e 3.b) do Passivo, encontram-se enquadrados nos seguintes prazos:

Rubrica / Prazo	< 3 meses	1 ano < 3 meses	5 anos < 1 ano	> 5 anos	Indeterminado	Total
1b) A prazo ou com pré-aviso	11.000.000					11.000.000
2a) Depósitos de poupança	15.173.805	18.625.476	58.271			33.857.552
2b) Outros débitos	203.133.831	74.895.877	158.974			278.188.682
bb) A prazo	128.359.669	74.895.877	158.974			203.414.520
3b) Outros						0

**NOTA 19 - VENCIMENTO NO ANO QUE SE SEGUE À DATA DO BALANÇO DE ELEMENTOS DE OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

A CCAM não tem quaisquer passivos enquadráveis na rubrica 3.a) do Passivo – Obrigações em circulação.

**NOTA 20 - DÉBITOS PERANTE EMPRESAS PARTICIPADAS**

Não existem quaisquer débitos perante empresas participadas.

#### NOTA 21 - DÉBITOS PERANTE EMPRESAS COLIGADAS

Não existem quaisquer débitos perante empresas coligadas.

#### NOTA 22 - PASSIVOS SUBORDINADOS

No presente exercício, bem como no exercício de 2004, não existem quaisquer passivos subordinados, dado que no exercício de 2002 a CCAM procedeu à liquidação antecipada do empréstimo subordinado que tinha sido concedido pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, com os efeitos nas demonstrações financeiras detalhados na Nota 40.

#### NOTA 23 - COMPROMISSOS COM A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS E RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

- Passivos Eventuais e Compromissos

As Garantias emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

Dada a sua natureza os compromissos assumidos e garantias prestadas não representam necessariamente requisitos futuros de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, existiam ainda os seguintes saldos relativos a rubricas extrapatrimoniais:

Rubrica extrapatrimonial	2005	2004
<b>Garantias prestadas</b>		
Garantias e avales	6.218.949	8.455.346
Fianças e indemnizações	66.864	66.864
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias e avales	33.028.842	32.721.093
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Compromissos irrevogáveis	12.453.049	13.405.454
<b>Responsabilidade por prestação de serviços</b>		
Cobrança de valores	3.986.211	5.085.903
Valores administrados pela CCAM	420.672	420.672
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Depósito e guarda de valores	6.318.988	6.427.577
Administração de valores	12.376.093	11.970.774
<b>Garantias reais</b>		
Activos dados em garantia	5.710.334	5.710.917
Activos recebidos em garantia	90.812.151	93.041.242
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao activo	3.549.638	3.562.823
Juros vencidos	703.939	723.148
Despesas de crédito vencido	191.687	168.781
<b>TOTAL</b>	<b>175.837.417</b>	<b>181.760.594</b>

## NOTA 24 - MOVIMENTO DE PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de Provisões durante o exercício, foi o seguinte:

Designação	Saldo inicial	Dotações	Transf.	Utilizações	Anulações/ Reposições	Saldo Final
Créditos de cobrança duvidosa	83.429	142.916			7.799	218.546
<i>Aplicações em instit. Crédito no País</i>						
<i>Aplicações em i. c. no estrangeiro</i>						
<i>Empresas participadas</i>						
<i>Empresas coligadas</i>						
<i>Crédito Interno</i>	50.775	142.916			7.799	185.892
<i>Outros</i>	32.654					32.654
Créditos vencidos	7.759.234	2.670.533		3.402	623.475	9.802.890
<i>Aplicações em instit. Crédito no País</i>						
<i>Aplicações em i. c. no estrangeiro</i>						
<i>Empresas participadas</i>						
<i>Empresas coligadas</i>						
<i>Crédito Interno</i>	7.759.234	2.670.533		3.402	623.475	9.802.890
<i>Outros</i>						
Depreciação de Tit. Investimento	51.144	259.365			239.375	71.134
Outras aplicações	983.706	27.136				1.010.842
Imobilizações financeiras	93.724	39.449				133.173
Riscos gerais de crédito	1.350.776	52.732			133.330	1.270.178
Riscos de flutuação de câmbios						
Pensões de reforma e de sobrevivência						
Outros riscos e encargos	217.338					217.338
Riscos bancários gerais						



**NOTA 25 - CRITÉRIO UTILIZADO PARA DISTINGUIR OS TÍTULOS-NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS-INVESTIMENTO E A VENCIMENTO, E DAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS**

Os critérios utilizados para distinguir os títulos-negociação dos títulos-investimento e a vencimento, e das imobilizações financeiras encontram-se devidamente explicitados nas notas 3.2. c) e 3.2. d).

A rubrica 5 do activo refere-se apenas a títulos de investimento, dado tratarem-se de títulos de rendimento fixo (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) adquiridos com a finalidade de permanecerem na posse desta CCAM por um prazo superior a seis meses, com o objectivo de obter um rendimento a médio prazo.

**NOTA 26 - ALIENAÇÕES DE TÍTULOS A VENCIMENTO E TRANSFERÊNCIAS PARA TÍTULOS-INVESTIMENTO OU TÍTULOS-NEGOCIAÇÃO**

No exercício de 2005 não ocorreram quaisquer operações deste tipo.

## NOTA 27 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

As contas de regularização apresentam a seguinte decomposição:

Contas de regularização	2005	2004
Despesas com custo diferido	59.397	70.912
<i>De recursos alheios</i>	0	0
<i>Outras despesas</i>	59.397	70.912
<i>Comissões pagas</i>	0	0
<i>De oper. extrapatrimoniais</i>	0	0
Proveitos a receber	1.717.500	2.006.878
<i>De disponibilidades</i>	9.889	11.766
<i>De aplicações</i>	1.698.183	1.979.900
<i>De imobilizações</i>	0	0
<i>De outros prov. a receber</i>	0	0
<i>De oper. extrapatrimoniais</i>	9.428	15.212
Receitas com proveito diferido	332.252	609.306
<i>De aplicações</i>	77.639	47.399
<i>De recursos alheios</i>	0	0
<i>Outras receitas</i>	250.243	558.760
<i>De oper. extrapatrimoniais</i>	4.370	3.147
Custos a pagar	2.006.578	1.630.843
<i>De recursos alheios</i>	1.254.038	892.792
<i>De capitais próp. e equiparados</i>	0	0
<i>De custos administrativos</i>	461.016	424.528
<i>Outros custos a pagar</i>	291.524	313.523
<i>De oper. extrapatrimoniais</i>	0	0

## NOTA 28 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE TÍTULOS

28 a) Montante ainda não imputado a resultados, referente a “títulos de investimento” adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso .....	367.485
28 b) Valor contabilístico dos “títulos de investimento” .....	18.499.710
Valor dos “títulos de investimento” a preços de mercado .....	18.430.135
Diferença entre o valor contabilístico e os preços de mercado .....	69.575

## NOTA 29 - CAPITAL SUBSCRITO DURANTE O EXERCÍCIO

No exercício de 2005 o capital subscrito e as variações no capital apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Incorporação de reservas	Emissão/Reembolso de títulos de capital	Total
Saldo inicial	13.000.000	10.519.605	23.519.605
Aplicação de resultados	1.000.000		1.000.000
Emissão de títulos de capital		200.440	200.440
Reembolso de títulos de capital		-914.835	-914.835
Saldo final	14.000.000	9.805.210	23.805.210

Para as emissões de títulos de capital está prevista remuneração de acordo com a taxa de juro mais alta atribuída aos depósitos a prazo no exercício, acrescida de bonificação de 30% e com o limite global de 30% do resultado líquido do exercício, conforme o n.º 3 do art.º 73.º do Código Cooperativo. Segundo as condições de emissão este capital pode ser reembolsável, a pedido do detentor, subordinado às condições do art.º 17.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L. encontra-se disperso por 13.242 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da CCAM.

### NOTA 30 - EXISTÊNCIA DE PARTES DE CAPITAL BENEFICIÁRIAS, OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS E DE TÍTULOS OU DIREITOS SIMILARES

Não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares.

### NOTA 31 - OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

Estas rubricas decompõem-se como segue:

- Outros activos (rubrica 13 do ACTIVO)

Descrição	2005	2004
152-Numismática e medalhística	125	77
27000-Devedores por bonificações a receber	0	0
27002-Devedores por IRC a recuperar	0	61.381
27009-Devedores diversos	172.396	186.590
2740-Aplicações por recuperação de créditos (imóveis)	3.088.626	2.322.107
2749-Aplicações por recuperação de créditos (outros)	399.038	399.038
29007-Provisões p/ cob. Duvidosa para deved. e outras aplicações	(32.654)	(32.654)
299-Provisões para outras aplicações	(1.010.842)	(983.706)
<b>TOTAL</b>	<b>2.616.689</b>	<b>1.952.833</b>

Os imóveis incluídos na rubrica de Aplicações por recuperação de créditos são normalmente mantidos em carteira por prazos que não excedem o limite previsto pelo Banco de Portugal. No caso de se prever a manutenção dos imóveis por um prazo superior a 2 anos, é especificamente requerida autorização para prorrogação desse prazo.

- Outros passivos (rubrica 4 do PASSIVO)

Descrição	2005	2004
360-Fornecedores	124.258	82.230
369-Credores diversos	65.450	45.640
3900-Imposto s/ Rendimento a Pagar	29.215	0
3901-Imposto s/Valor Acrescentado a Pagar	6.394	7.593
3902-Retenção de Impostos na Fonte	161.171	136.954
3904-Contribuições p/ Segurança Social	71.540	67.571
391-Cobranças por conta de terceiros	3.111	2.756
394-Contribuições para o S.A.M.S.	16.739	14.051
395-Contribuições para Fundos de Pensões	2.151	2.011
<b>TOTAL</b>	<b>480.029</b>	<b>358.806</b>

**NOTA 32 - FUNDOS ADMINISTRADOS EM NOME PRÓPRIO MAS POR CONTA DE OUTRÉM**

Não existem quaisquer fundos administrados pela instituição em nome próprio mas por conta de outrém.

**NOTA 33 - OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO, INCLUINDO CONTRATOS DE FUTUROS E OPÇÕES, E RELACIONADAS COM CUSTOS E PROVEITOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

Não existem quaisquer operações desta natureza.

**NOTA 34 – NÚMERO MÉDIO ANUAL DE TRABALHADORES**

Durante o exercício de 2005 o número médio anual de trabalhadores, por grandes categorias

profissionais foi o seguinte:

Categorias profissionais	2005	2004
Gerentes	4	3
Chefe de serviços	4	3
Coordenador de área	1	1
Chefe de secção	9	12
Chefe de sector	1	1
Coordenador de delegação	12	12
Técnicos	7	3
Assistente técnico	5	0
Administrativos	63	71
Telefonistas	1	1
Auxiliar técnico de manutenção	3	3
Empregadas da limpeza	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>114</b>

#### NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DIRECÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

As remunerações pagas pela CCAM aos membros dos órgãos de Direcção e de Fiscalização, e os créditos concedidos a membros dos órgãos referidos, apresentam o seguinte detalhe:

ÓRGÃOS SOCIAIS	Remunerações		Crédito concedido	
	2005	2004	2005	2004
Direcção	212.299	206.415	75.106	80.012
Conselho Fiscal	46.928	42.870	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>259.227</b>	<b>249.285</b>	<b>75.106</b>	<b>80.012</b>

Não foram efectuados quaisquer adiantamentos e a CCAM não assumiu ou contratou quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para os membros dos órgãos sociais, para além dos cobertos pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo.

O crédito concedido à Direcção, enquadra-se no âmbito do n.º 4 do Art.º 85.º do R.G.I.C.S.F. .

#### NOTA 36 - SERVIÇOS DE GESTÃO E DE REPRESENTAÇÃO DE TERCEIROS

A CCAM não presta quaisquer serviços de gestão ou de representação de terceiros que assumam dimensão significativa.

#### NOTA 37 - MONTANTE GLOBAL DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

O montante global dos elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira apresentam a seguinte decomposição por rubrica:

Rubrica	Conversão	
	2005	2004
101-Notas e moedas estrangeiras	70.673	39.682

#### NOTA 38 - SEGMENTAÇÃO POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As operações realizadas no exercício de 2005, tiveram origem na sua totalidade no território nacional. Relativamente à segmentação por linhas de negócio, considerámos os segmentos Banca de Retalho, Banca Comercial e Outros, conforme modelo apresentado no Anexo V.1, tendo sido parte dos custos e proveitos imputados com base em coeficientes de repartição, respeitando os montantes relativos, dos correspondentes activos e passivos.

NOTA 39 - OUTROS CUSTOS E PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO, E PERDAS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

A.6 – OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2005	2004
7700-Quotizações	24.986	23.731
7701-Donativos	75.225	587.240
7799-Outros custos	5.915	3.608
<b>TOTAL</b>	<b>106.126</b>	<b>614.579</b>

No ano de 2004, a conta 7701 incluía uma verba de 500.000 euros relativa à dotação inicial para constituição da Fundação Caixa Agrícola de Leiria.

A.11 – PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

Descrição	2005	2004
6710-Menos valias na realização de valores imobilizados	0	0
6712-Multas e outras penalidades contratuais	0	3.545
6713-Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação	2.047	6.555
6718-Perdas relativas a exercícios anteriores	51.594	166.742
6719-Outras perdas extraordinárias	563	678
<b>TOTAL</b>	<b>54.204</b>	<b>177.520</b>



## B.7 – OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2005	2004
892-Proveitos pela prestação de serviços diversos	91.298	29.027
893-Reembolso de despesas	151.002	198.499
895-Recuperação de créditos, juros e despesas	89.346	94.627
899-Outros	229.940	245.758
<b>TOTAL</b>	<b>561.586</b>	<b>567.911</b>

## B.9– GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

Descrição	2005	2004
6720-Mais valias na realização de valores imobiliários	14.022	2.724
6721-Indemnização por incumprimento de contratos	0	0
6728-Ganhos relativos a exercícios anteriores	16.277	12.926
6729-Outros ganhos extraordinários	369.864	311.927
<b>TOTAL</b>	<b>400.163</b>	<b>327.577</b>

Em cada um dos anos de 2004 e 2005, a conta 6729 inclui o montante de 308.518 euros, referentes à parte imputada a cada exercício, relativamente ao valor total do desconto obtido no reembolso antecipado do empréstimo concedido pelo F.G.C.A.M. (Ver Nota 40).

#### NOTA 40 - ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS

Não existem encargos imputados nem encargos pagos no exercício, relativos a passivos subordinados, dado que, como se referiu na Nota 22, no exercício de 2002 a CCAM procedeu à liquidação antecipada do empréstimo subordinado que tinha sido concedido pelo F.G.C.A.M., obtendo um desconto, cujo impacto nas demonstrações financeiras se resume no quadro seguinte:

Descrição	2005	2004
Proveitos imputados no exercício	308.518	308.518
Proveitos diferidos para exercícios futuros	250.243	558.760

#### NOTA 41 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A CCAM está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama, sendo que até ao exercício de 2000 inclusive era tributada pelo lucro consolidado, resultante do processo de consolidação das contas da Caixa Central com as das CCAM suas associadas.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

Não existem diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e os resultados tributáveis deste exercício, que originem impostos sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos pagos, com referência aos exercícios de 2003, 2004 e

2005 analisam-se como segue:

	2005	2004	2003
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	<b>2,619,138</b>	<b>3,192,403</b>	<b>3,823,473</b>
*Reintegrações e amortizações não aceites	7,741	4,124	4,060
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	52,732	40,469	342,401
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	67,075	58,100	24,260
*Insuficiência da estimativa para impostos	0	4,060	954
*Multas e penalidades	0	3,544	8,156
*Menos-valias contabilísticas	0	0	1,514
*Mais-valias fiscais	12	1,362	6,050
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	12,127	12,702	15,830
*Despesas com ajudas de custo (20% em 2003 e 2004)	0	13,677	13,111
*Correcções relativas a exercícios anteriores	29,268	2,995	2,855
*Redução de provisões tributadas	0	-63,106	-65,915
*Mais-valias contabilísticas	-14,022	-2,724	-13,642
*Menos-valias fiscais	-15,164	0	0
*Excesso da estimativa para impostos	0	0	0
*Benefícios fiscais	-17,417	-249,653	-114,085
*Outros	0	0	0
<b>Prejuízo fiscal (Regime Geral)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Lucro tributável (Regime Geral)</b>	<b>2,059,166</b>	<b>1,687,012</b>	<b>1,404,075</b>
<b>Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>682,324</b>	<b>1,330,941</b>	<b>2,644,947</b>
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0	-364,469
<b>Matéria Colectável (Regime Geral)</b>	<b>2,059,166</b>	<b>1,687,012</b>	<b>1,039,606</b>
<b>Matéria Colectável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>682,324</b>	<b>1,330,941</b>	<b>2,644,947</b>
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável	25.00%	25.00%	30.00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável	20.00%	20.00%	20.00%
Colecta	651,256	687,941	840,871
Deduções à colecta	-325,628	-343,970	-345,983
Diferença nos termos do art.º 86.º	69,663	0	0
Derrama	64,865	68,450	84,087
Tributações autónomas	8,919	5,116	5,645
<b>Estimativa de impostos sobre lucros (a)</b>	<b>469,075</b>	<b>417,537</b>	<b>584,620</b>
Retenções na fonte	174	262	262
Pagamentos por conta normais/especiais	439,686	478,656	558,876
IRC a pagar/receber (Ver Nota 31)	29,215	-61,381	25,482
<b>IRC efectivamente pago ou a pagar</b>	<b>469,075</b>	<b>417,537</b>	<b>588,680</b>
<b>Diferença entre o IRC pago ou a pagar e o estimado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4,060</b>
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	17.91%	13.08%	15.40%

- (a) A estimativa para impostos sobre lucros inclui uma taxa de tributação autónoma de 5% (6% em 2003 e 2004) sobre despesas de representação, despesas com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, e (apenas em 2005) despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador.

**NOTA 42 - PROPORÇÃO EM QUE O IMPOSTO SOBRE LUCROS INCIDE SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES E OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

A proporção do IRC sobre os resultados correntes em 2004.....13,70%

A proporção do IRC sobre os resultados correntes em 2005.....20,58%

Em 2004 e 2005, apesar dos resultados extraordinários serem positivos, verifica-se no entanto que o montante do imposto sobre os lucros excede em 178,25% e 35,59%, respectivamente, os referidos resultados extraordinários.

**NOTA 43 - INCLUSÃO EM CONTAS CONSOLIDADAS**

Em 2001 esta CCAM deixou de fazer parte do perímetro de consolidação de contas do SICAM e do Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo, cuja sede social é na Rua Castilho, n.º 233-A – 1099-004 Lisboa.

**NOTA 44 - EMPRESAS FILIAIS INSTALADAS NOUTROS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA**

Não existem filiais fora do território nacional.

**NOTA 45 - OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL**

Não existem operações desta natureza.

**NOTA 46 - COMPENSAÇÕES ENTRE SALDOS DEVEDORES E CREDITORES EM CONTAS DE TERCEIROS E DE REGULARIZAÇÃO**

Não existem operações desta natureza.

#### NOTA 47 - TRANSACÇÕES COM EMPRESAS DO GRUPO

Não existem operações desta natureza.

#### NOTA 48 - INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Não existem operações desta natureza.

#### NOTA 49 - INFORMAÇÕES SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A..

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACTV, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento. Em 31 de Dezembro de 2005, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

População	Particip./Beneficiários
Participantes Activos	114
Participantes com Licença sem Vencimento	1
Reformados por Velhice	5
Reformados por Invalidez	1
Reformados por Antecipação	1
Pensionistas por Viuvez	2

As responsabilidades globais do Plano de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo com activos, reformados e pensionistas ascendiam, em 31 de Dezembro de 2005, a 11.116.532,35 euros, sendo o valor do património do Fundo de Pensões de 12.392.815,36 euros. Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, as responsabilidades encontram-se totalmente constituídas com um grau de cobertura de 111,48%.

Os valores das responsabilidades do Plano de Pensões com as reformas por velhice e sobrevivência diferida, para os trabalhadores no activo, da CCAM de Leiria, relativamente a 31 de Dezembro de 2005, são os que seguidamente se indicam:

Responsabilidades	Valores
Reforma por Velhice	
Responsabilidades Totais	135.115,22
Serviços Passados (1)	98.604,59
Sobrevivência Diferida	
Responsabilidades Totais	19.662,73
Serviços Passados (2)	15.321,29
Totais (1) + (2)	113.925,88

Conforme o estipulado nos artigos 1.º e 11.º do Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, a desagregação do montante reconhecido como custo do exercício com as responsabilidades do Plano de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, assenta nos seguintes valores:

Custo dos serviços correntes.....	321.784,75
Custo do juro.....	653.803,77
Rendimento esperado dos activos do Fundo.....	669.521,13
Amortização de serviços passados em 31/12/94.....	0,00
Custo de reformas antecipadas.....	290.169,63
Perdas financeiras .....	36.130,10
Perdas actuariais relativas a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados .....	52.983,53

Foram entregues contribuições para o Fundo de Pensões, no montante de 1.409.508,08 euros, sendo 16.275,53 euros referentes à contribuição desta CCAM no ano de 2005.

Do total das pensões pagas pelo Fundo de Pensões durante o ano de 2005, no montante de 699.107,08 euros, 339.523,10 euros destinaram-se aos reformados por velhice, 279.043,28 euros aos reformados por invalidez, 33.190,20 euros aos reformados por antecipação, 37.702,22 euros aos pensionistas por viuvez e 9.648,36 euros aos órfãos.

Relativamente às pensões em curso de pagamento dos actuais reformados e pensionistas por viuvez da CCAM de Leiria, os valores das responsabilidades totais são os que seguidamente se apresentam:

Responsabilidades	Valores
Reformados por Velhice	100.987,59
Reformados por Invalidez	62.803,38
Reformados por Antecipação	0,00
Pensionistas por Viuvez	141.771,96
<b>Totais</b>	<b>305.562,94</b>

Na avaliação actuarial, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial futura	3%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	4,5%
Taxa de rendimento do Fundo	6%
Taxa técnica actuarial	6%
Taxa de crescimento das pensões	2%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 35/02	2,25%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 329/93	2%
Pressupostos Demográficos	
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para estimação do salário pensionável e, consequentemente, da pensão, utilizou-se a tabela do ACTV para o ano de 2005, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a clausula 15.<sup>a</sup> do ACTV, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na clausula 81.<sup>a</sup> do mesmo documento.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do “Projected Unit Credit”, para a reforma por velhice e sobrevivência diferida, e o dos Prémios Únicos Sucessivos, para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

#### NOTA 50 - INFORMAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras detidas em 31 de Dezembro de 2005, apresentam a seguinte decomposição:

Entidade Participada	Valor de Aquisição	Valor de Mercado ou V. Presumível de Transacção	Menos-Valia Latente	Mais-Valia Latente	Provisões do Exercício	Provisões Acumuladas	Valor de Balanço
FENACAM, FCRL	60	506		446			60
SIBS, S.A.	1.210.682	196.751	1.013.931		39.449	133.173	1.077.509
MAPICENTRO, S.A.	600	1.490		890			600
SWIFT, SCRL	1.980	2.712		732			1.980

As provisões para participações financeiras foram constituídas de acordo com a disciplina estabelecida no Aviso n.º 4/2002, tendo sido registadas como custos do exercício.

#### NOTA 50-A) - VALORIZAÇÃO PELO JUSTO VALOR DAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

As imobilizações financeiras detidas por esta CCAM não se enquadram no âmbito do Decreto-Lei n.º 88/2004.



**NOTA 51 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA APRECIACÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Não existem outras informações de natureza significativa que possam influenciar uma correcta apreciação da situação financeira desta Caixa.

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA

Anexo IV

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Unidade: Euro

CONTAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	REGULARIZAÇÕES	ABATES (LÍQUIDO)	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.05
	VALOR	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES					
	BRUTO	ACUMULADAS		(LÍQUIDO)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
TRESPASSES.....									
DESPESAS DE ESTABELECIMENTO.....	3.502	3.502							0
CUSTOS PLURIANUAIS.....	6.480	6.480							0
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO									
SISTEMAS DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DE DADO	1.017.075	772.209	19.490		4.813	158.894			110.275
OUTRAS.....									
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
IMÓVEIS DE SERVIÇO PRÓPRIO.....	6.091.633	1.087.634				106.382			4.897.617
OBRAS EM IMÓVEIS ARRENDADOS.....	175.955	156.736				7.439			11.780
OUTROS IMÓVEIS.....									
EQUIPAMENTO.....	4.272.282	3.543.530	191.123			259.011		0	660.864
PATRIMÔNIO ARTÍSTICO.....	6.117	517	8.850			1.419			13.031
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS.....									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS.....	27.952		22.263		(4.813)				45.402
IMÓVEIS.....	1.785.330		926.956					643.989	2.068.297
EQUIPAMENTO.....	17.337		8.530						25.867
PATRIMÔNIO ARTÍSTICO.....									
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS.....									
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES.....									
TOTAIS	13.403.663	5.570.608	1.177.212	0	0	533.145	0	643.989	7.833.133

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

## Modelos de segmentação por "linhas de negócio": em 31 de Dezembro de 2005

<div> <b>Inclui, nomeadamente:</b> <div> Fusões e aquisições, Subscrição e Colocação, Privatizações, Titularização, Análise financeira Gestão carteira própria de títulos, Operações cambiais, de taxa de juro, Operações de reporte e de empréstimo de títulos Particulares: Recepção, Transmissão e Execução de ordens Particulares: Crédito e Depósitos Empresas: Empréstimos, Financiamento de projectos, de comércio e às exportações, Imobiliário, Factoring, Leasing, Garantias Pagamentos, Transferência de fundos, Compensação e Liquidação Serviços de custódia e de Agente pagador Gestão de fundos de investimento </div> </div>										
<i>Corporate finance</i>	<i>Trading and sales</i>	<i>Corretagem (retalho)</i>	<i>Banca de retalho</i>	<i>Banca comercial</i>	<i>Pagamentos liquidação</i>	<i>Custódia</i>	<i>Gestão activos</i>	<i>Outros</i>	<i>Reconciliação</i>	<i>Total</i>
Unidades: Euros										
Juros e Proveitos Equiparados.....			4.750.476	8.484.464				936.152		14.171.092
Juros e Custos Equiparados.....			5.074.609	393.702				251.514		5.719.825
Comissões (proveito).....			643.012	218.702				20.018		881.732
Comissões (custo).....								175.128		175.128
Rendimento de títulos.....								17.184		17.184
Lucros em operações financeiras.....								178.120		178.120
Prejuízos em operações financeiras.....								17.159		17.159
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e p/ compromissos.....			217.829	541.677				244.473		1.003.979
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e p/ outros riscos.....			749.136	2.142.092				261.455		3.152.683
Outros proveitos de exploração.....			411.592	139.983				10.011		561.586
Resultado líquido do exercício.....			55.256	1.900.440				194.366		2.150.062
Créditos sobre clientes.....			79.216.034	52.998.212				5.578.806		137.793.052
Débitos para c/ clientes.....			291.694.795	16.390.205				3.961.234		312.046.234
Activo líquido total.....			92.544.627	268.302.268				6.539.478		367.386.373
O Responsável pela Contabilidade										
A Direcção										
créd. + dep. (valor)			370.910.829	69.388.417				9.540.040		449.839.286
créd. + dep. (%)			82.4541%	15.4252%				2.1208%		1

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No decorrer do ano de 2005 o Conselho Fiscal acompanhou permanentemente a actividade da Caixa, controlando as suas contas através da documentação produzida, contactando directamente com os serviços e reunindo frequentemente com a Direcção.

Para além deste controlo com carácter de continuidade, o Conselho Fiscal analisou e emitiu os respectivos pareceres sobre o Relatório do Controlo Interno, elaborado pela Direcção e enviado ao Banco de Portugal, e sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o exercício de 2006.

No âmbito das nossas funções analisámos em pormenor os mapas do Balanço, os mapas da Demonstração de Resultados e outros correspondentes ao encerramento das contas de 2005 e ainda o Anexo, o que nos permitiu conhecer adequadamente a situação financeira e económica da instituição.

O Relatório da Direcção afigura-se rigoroso, e suficientemente claro e esclarecedor da evolução dos negócios da Caixa Agrícola de Leiria.

Verificámos que a proposta para a aplicação dos resultados cumpre os requisitos legais.

Pudemos aceder às Certificações Legais das Contas e tivemos em conta o seu teor.

Assim, face às conclusões resultantes do nosso trabalho ao longo do ano junto dos serviços, da análise dos elementos produzidos pela contabilidade, das informações prestadas pela Direcção e do teor dos relatórios emanados do Revisor Oficial de Contas, somos do parecer que:

- Seja aprovado o Relatório da Direcção;
- Sejam aprovadas as Contas do exercício de 2005;
- Seja aprovada a aplicação dos excedentes proposta pela Direcção.

O Conselho Fiscal propõe ainda que esta Assembleia aprove um voto de louvor à Direcção e a todos os trabalhadores da Caixa, pelo esforço desenvolvido em favor da Instituição que servem.

Leiria, 15 de Março de 2006

O Conselho Fiscal



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de balanço de 367.386.373 euros e um resultado líquido de 2.150.062 euros, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:





- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.


5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2006

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por



José Barata Fernandes, ROC nº 540